O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS

A TRIBUNA

Visite www.atribuna.com | e-mail-jornalatribunac@gmail.com

R$ 2,50 | Rio Branco, sábado, 21 de agosto de 2021 | Ano XXII - Número 7.247

VARIANTE DELTA: IDOSO NO INTO ESTAVA NO RIO DE JANEIRO

Acre registra primeiro caso suspeito da variante Delta. Um idoso de 84 anos que está em estado grave num leito da UTI do Into pode ter sido contaminado com a variante indiana. A Vigilância Epidemiológica acompanha os familiares do paciente que chegou recentemente do Rio de Janeiro. **Página 3**

Prefeito Mazinho Serafim agradece apoio do governo e presença de secretário Cirleudo

Parceria entre governo e prefeitura de Sena beneficia toda a população

Bairro jardim Primavera é exemplo de êxito do trabalho integrado, em que a prefeitura faz as obras de base e o governo do Estado realiza o asfaltamento de ruas. Prefeito Mazinho e secretário Cirleudo comemoram a parceria que está dando certo em Sena Madureira. São 10 km de ruas asfaltadas na primeira etapa. **Página 8**

Planalto veta fundo eleitoral de R$ 5,7 bi e emendas

Página 6

Credores aprovam plano de recuperação judicial da Peixes da Amazônia

Desde março de 2019 que a empresa tinha encerrado as suas atividades econômicas no Estado, por falta de capital de giro para tocar a rede frigorífica de pescado, pois tem uma dívida com o Banco da Amazônia (Basa) de R$ 19 milhões. O empresário Jaime André Brum já adquiriu 40% das ações da Peixes da Amazônia e manifestou interesse em comprar as ações do governo do Estado estimadas em 19%. **Página 8**

Hospital Universitário sairá do papel

Em parceria com o governo do Estado, a Ufac deu início às tratativas para a construção do Hospital Universitário, no campus de Rio Branco. A reunião contou com a presença do secreetário Cirleudo Alencar e da reitora da Ufac, Guida Aquino. **Página 4**

Bolsonaro nega extradição de sócio da Telexfree e STF determina sua soltura com tornozeleira

Wanzeler: impunidade

Carlos Wanzeler estava preso desde o carnaval de 2020 e é acusado nos Estados Unidos de golpe financeiro superior a US$ 1 bilhão. Ele é nascido no Brasil, mas se naturalizou americano em 2008 e assim perdeu a nacionalidade brasileira. Ele terá que usar tornozeleira e não poderá deixar o país. Bolsonaro disse que extradição só depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. **Página 8**

STF repudia pedido de impeachment feito por Bolsonaro e diz ter total confiança em Moraes

Ministro Alexandre de Moraes conta com apoio da Corte

O STF (Supremo Tribunal Federal) divulgou na noita desta sexta-feira (20) uma nota oficial para repudiar o pedido de impeachment feito pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes. A nota oficial, sem assinatura, em nome de todo o tribunal, diz ainda que a corte "manifesta total confiança" no ministro. **Página 7**

Seme tem R$15 milhões para notebooks

A prefeitura de Rio Branco destina R$ 15 milhões para a compra de computadores, tablets e planos de internet que serão usados no retorno das aulas presenciais. Os equipamentos serão para alunos e professores. **Página 3**

Educação cria clube de robótica

A SEE, por meio da Divisão de Automação e Empreendedorismo do Departamento de Inovação, criou o Clube de Robótica, cuja finalidade é desenvolver projetos e incentivar a pesquisa por parte dos alunos. **Página 3**

Artigo

Brasil precisa enxergar a gravidade da violência sexual infantil

*Luciana Temer

Venho sistematicamente insistindo, neste espaço da Folha, sobre a necessidade urgente de darmos visibilidade para a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Minha tese é a seguinte: não há políticas públicas eficientes para o enfrentamento do problema porque gestores públicos se preocupam com graves problemas sociais —e isso ainda não é considerado um grave problema pela sociedade brasileira.

Já a sociedade não vê a gravidade do problema porque não enxerga a sua dimensão. Não enxerga porque não há dados suficientes, e não há dados porque não há denúncia —e não há denúncia porque esse é um crime que é silenciado e que envergonha a vítima e seus familiares. Enquanto não rompermos esse ciclo, a violência sexual irá se perpetuar, com todas suas consequências perversas, pessoais e sociais. Precisamos romper o silêncio sobre a violência sexual infantil!

Mas hoje, para demonstrar a parte da tese sobre invisibilidade, vou me valer do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, recém-lançado. A publicação, produzida desde 2007 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, é o mais relevante levantamento de dados sobre segurança pública do país —e, não tenho dúvidas, ajuda com seu competente diagnóstico a nortear as políticas de segurança.

Até a edição de 2019, os dados do crime de estupro eram apresentados de forma unificada, incluindo o estupro de vulnerável (qualquer tipo de relação sexual de um adulto com alguém de até 14 anos é considerado estupro), o que nos impedia de ver a dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Quando a informação foi desmembrada, pudemos enxergar que, em 53,8% dos casos, as vítimas tinham menos de 13 anos, o que equivalia a quatro meninas estupradas por hora no Brasil. No anuário de 2020, essa estatística sobe para 57,9%. Ao avançar na abordagem do tema, o estudo traz um comparativo entre os registros criminais do primeiro semestre de 2020 e o de 2019, revelando que houve uma queda de 22% nos registros de estupro de vulnerável em razão da pandemia (cabe aqui lembrar que mais de 70% dos estupros ocorrem dentro das residências).

No anuário de 2021, a temática do estupro de vulnerável cresceu significativamente, e o crime foi analisado sob diversos ângulos (idade, sexo, cor da vítima, local do crime etc.), além da presença de artigos como o de Samira Bueno e Marina Bohnenberger, explicando que crimes sexuais são "cerceados por ambientes de coerção e intimidação, seja da relação da vítima com o agressor ou do momento da comunicação do fato às autoridades policiais, quando a vergonha e o medo podem ser obstáculos".

Foram registrados 60.460 casos de estupro em 2020. Em 85,2% deles, o autor era conhecido da vítima, o que talvez ajude a entender a imensa subnotificação desses crimes (segundo o anuário de 2015, calcula-se que apenas 35% dos crimes sexuais são notificados). Do total de estupros registrados, 73,7% foram contra vulneráveis, dentre os quais 60,6% menores de 13 anos. O crime de estupro de vulnerável foi inserido no Código Penal em 2009. Ora, se está tipificado desde 2009, porque ele só aparece explícita e isoladamente no anuário de 2019? Dez anos depois?

Tenho um palpite. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública trabalha com dados relevantes e significativos. Temos dados relevantes sobre os crimes visíveis, que afligem a sociedade. O Instituto Liberta foi criado em 2017 para ajudar a provocar e fazer o Brasil falar sobre violência sexual infantil. Para gerar consciência e, a partir dela, denúncia e dados para diagnóstico. A partir do diagnóstico, construção de políticas públicas eficientes para enfrentar essa violência epidêmica.

Parece que, finalmente, estamos começando a falar sobre estupro de vulnerável. Mas essa é uma das violências sexuais perpetradas contra crianças e adolescentes. A exploração sexual foi inserida no Código Penal em 2014, e o crime de divulgação de cena de estupro ou de pornografia envolvendo vulnerável em 2018.

Quando será que conseguiremos colocar também esses crimes na pauta da sociedade e, consequentemente, no anuário? Insisto, o Brasil precisa falar sobre violência sexual infantil.

*Luciana Temer é Advogada, professora da Faculdade de Direito da PUC-SP e presidente do Instituto Liberta

A TRIBUNA

SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho | DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira | REDAÇÃO: Cezar Negreiros e | FOTOGRAFIA | REVISÃO

Assinatura Semestral: R$ 350,00 | Assinatura Anual: R$ 700,00

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO

ESPAÇOS	Terça- sábado	Domingo
Primeira Página	183,65	214,02
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	26,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,99	62,70
Encarte – milheiro – até 8 lâminas	150,00	150,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.800,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 5cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 8cm	2.495,52	3.009,60

Obs: acrescentar 35% no valor para anúncios coloridos

ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00

* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

Delta

A suspeita da chegada da variante Delta da Covid-19 no Acre acende o alerta para o perigo de uma terceira onda da pandemia, possibilidade admitida por médicos infectologistas, principalmente porque, com essa nova cepa, a exigência de percentual de vacinados para bloquear a doença é maior, acima de 80% da população. O Acre está longe de atingir esse percentual com a segunda dose.

Suspeito

O primeiro caso suspeito, de um idoso recém-chegado do Rio de Janeiro e internado em estado grave na UTI do INTO mostra que a pandemia não está acabando, não está sob controle e que as medidas sanitárias e a vacinação precisam continuar com rigor.

Lá e cá

Manaus já vive surto com disseminação comunitária da variante Delta, Rondônia já voltou a impor barreiras sanitárias nas rodovias. No Acre, o Comitê da Covid regrediu a regional do Alto Acre e agora todas as regiões do Estado estão na fase de atenção, sob bandeira amarela. Com as restrições previstas para essa fase, que costumam ser desrespeitadas sem pudor.

Torcedores

Exemplo disso é a liberação prematura da presença de público na partida de futebol entre o Vasco do Acre e o Flamengo do RJ no campeonato nacional sub-17, no Florestão. Mil pessoas que poderão ser vetores da infecção em uma aglomeração injustificada.

Passaporte

Bares e restaurantes da Capital vão adotar uma espécie de passaporte, exigindo dos frequentadores apresentação de atestado de segunda dose da vacina. A medida é boa, mas de eficiência discutível e de aspecto legal controverso, uma vez que não é obrigatória a vacinação no país. E a prova da vacinação é facilmente burlável. Mas já é um avanço. Só não vale a aglomeração em decorrência dessa medida.

Doses

E o Estado recebeu ontem mais 27 mil doses de vacinas para reforço da imunização. É importante que a juventude compareça aos postos, para que o retorno gradativo às aulas presenciais seja feito de modo seguro.

Parceria

Governo e prefeitura de Sena Madureira estão satisfeitos com os resultados da parceria firmada para recuperação das ruas da cidade. O serviço está andando rápido, no mesmo ritmo dos elogios do prefeito Mazinho Serafim ao secretário Cirleudo Alencar e ao governador Gladson Cameli, com a imediata recíproca de reconhecimento do governo à ação do prefeito. Quem diria que até algumas semanas atrás todos estavam em pé de guerra.

Inadequado

O prefeito Tião Bocalom afirmou que a demissão da corregedora do Município, Janice Lima, foi motivada por "comportamento inadequado". Curioso. O secretário de Saúde Frank Lima é investigado por assédio sexual e moral e a corregedora que não obstruiu a investigação é que tem comportamento inadequado? Ou seja, o prefeito assumiu que sua intenção é mesmo passar pano para as denúncias contra seu secretário.

Sem extradição

Outro que está passando pano é o presidente Jair Bolsonaro, ao negar a extradição de Carlos Wanzeler, um dos donos fundadores da Telexfree para os Estados Unidos, onde é processado por fraude de um bilhão de dólares. E o cara nem mais brasileiro é, ao optar pela nacionalidade americana. Sem a extradição, o STF decidiu pôr Carlos em liberdade vigiada, com tornozeleira e proibido de sair do país, devendo se apresentar à Justiça de 15 em 15 dias. Esse é o combate à corrupção?

Ataque

O senador Randolfe Rodrigues divulgou postagem denunciando invasão de garimpeiros e morte de indígenas ontem no Amapá. Pelo menos dois caciques do povo Waiãpi foram assassinados pelos 50 garimpeiros que invadiram suas terras. Nem a Funai e muito menos a Polícia Federal tinham tomado qualquer iniciativa para retirar os invasores até ontem à noite.

Apoio

O deputado Roberto Duarte anunciou apoio ao senador Marcio Bittar à candidatura de sua ex-esposa Márcia Bittar ao Senado, independente da decisão do MDB. Com isso, Duarte põe um pé fora do partido. E pode romper a aliança com o deputado Flaviano Melo, que lhe deu sustentação política para sua eleição a deputado e para a frustrada candidatura à prefeitura.

Mailza

Muita água vai rolar até a definição das chapas, mas será preciso mais que bons argumentos se alguém ainda projeta a possibilidade de desistência da senadora Mailza Gomes de tentar renovar o mandato. Ela dá mostras de resiliência e jogo político. Tem o diretório do Progressistas na mão e mantém firme a condição de candidata.

Promessas

O senador Petecão, em reunião com os empresários da Fieac fez promessas de um futuro grandioso para a economia acreana, prometeu uma terra onde vai jorrar o leite e o mel. Não explicou como pretende fazer isso, quais os fundamentos de seu plano de governo. Muitas promessas e pouco conteúdo.

Crise

O Depasa vai lançar campanha em todo o Estado pregando que se evite o desperdício de água. O departamento reconhece que a situação está crítica e pode piorar durante o mês de setembro, geralmente o mais seco da região. É preciso consciência.

Inhame

Um exemplo simples das deficiências do Acre. Rondônia está fazendo um grande esforço para promover a cultura do inhame, um tubérculo que é facilmente cultivável. O Estado vizinho já exporta sua produção, principalmente para o Acre, que quer consumir produzir inhame para seu consumo. Em Rondônia, a agricultura familiar é incentivada pela Emater.

Revista

Produzir inhame, não, mas uma revista ricamente editada, a cores, com qualidade superior de papel e impressão, os gestores da agricultura acreana conseguem fazer. Pana que não dá para comer.

Eleição

Está prevista disputa na eleição da OAB que vai ocorrer no final de setembro. Advogados de tendência conservadora vão disputar o pleito para mudar a orientação garantista e progressista da Ordem no Acre. Vai ser um embate interessante do ponto de vista ideológico. Mas não será fácil vencer a atual gestão nas urnas.

Ação

Profissionais de Saúde estão impetrando Ação Civil Pública contra a insegurança nos postos de saúde e hospitais do Estado, que ficaram sem vigilância e sob ameaça de invasão. Alguma resposta precisa ser dada com urgência.

Recursos

O prefeito Tião Bocalom se gaba de ter em caixa cerca de R$ 180 milhões que diz que economizou em oito meses. Mas professores aprovados no concurso da prefeitura de Rio Branco, de 2019, que estão no cadastro reserva, voltaram a protestar na manhã de ontem exigindo a contratação. A prefeitura convocou apenas 153 aprovados, mas há mais 530 que estão aptos a trabalhar e que seriam necessários, mas que não têm chance. As aulas presenciais voltam dia 20 de setembro na rede municipal.

Seme conta com R$ 15 milhões para aquisição de notebooks e tablets

Cezar Negreiros

A prefeitura de Rio Branco destina R$ 15 milhões para a Secretaria Municipal de Educação (Seme) adquirir os computadores, tablets e planos de internet que serão usados no retorno das aulas presenciais. A previsão da pasta é comprar mil e quatrocentos leptops para atender os professores na sala de aula e quatro mil tablets destinados aos alunos do que estão terminado o ensino fundamental-I.

"A retomada do ano letivo está prevista para o dia 20 de setembro, mas vamos trabalhar com o sistema híbrido", revelou o professor João Lima, diretor de Ensino da Seme.

A secretária municipal de Educação, professora Nabiha Bestene se reuniu com os gestores das escolas da rede municipal para tratar da retomada do ano letivo presencial. A nova gestão busca corrigir passivos da gestão anterior e garantir a retomada das aulas de forma gradual e escalonada com todos os protocolos de biossegurança estipulado pelo Comitê Acre sem Covid.

De acordo com o calendário da Seme, o retorno acontecerá em três etapas: a primeira com a retomada de 1/3 dos estudantes matriculados nas turmas do 5º ano e EJA do ensino fundamental, a segunda com a retomada das turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental e a terceira fase prevista para o dia 22 de novembro deste ano, com a ampliação do percentual de alunos participando das atividades presenciais nas escolas da rede municipal. Os pais das crianças e adultos matriculados no EJA que fazem parte dos grupos de riscos podem continuar os estudos pelo sistema remoto.

O encontro com a presença do prefeito, Tião Bocalom ocorreu no auditório da Federação das Indústrias do Estado Acre (Fieac), com a presença da equipe de multimeios, professores e dos diretores das escolas para tratar das aulas presenciais. Os representantes dos sindicatos da base da Educação estiveram uma reunião no fim da tarde de ontem, com secretário da Casa Civil, Valtim José para tratar da data base da categoria. Os trabalhadores em Educação da rede municipal reivindicam a reposição das perdas inflacionárias, garantia do pagamento da insalubridade dos funcionários de escola, correção do PCCR e revisão das tabelas de progressão funcional.

Secretária Nabiha Bestene quer segurança na retomada de aulas

Ex-prefeitos podem ser convocados pela CEI

Cezar Negreiros

Os empresários do setor de transporte coletivo devem ser convocados para prestarem esclarecimentos das regras obscuras que pautaram a celebração dos contratos permissionários para a Comissão Especial de Inquérito (CEI), da Câmara Municipal de Rio Branco que apura irregularidades no Transporte Público da Capital acreana.

Os depoimentos de empresários e ex-gestores municipais podem revelar as supostas justificativas que permitiram as concessionárias majorar os preços das passagens de ônibus, a cada 12 meses, sem o consentimento do parlamento municipal.

Parlamentares que assinaram o pedido de investigação querem saber o motivo de os prefeitos petistas perdoarem dívidas tributárias e manobras as dos gestores de livrarem os empresários de falcatruas patrocinadas ao longo de quase duas décadas. Não descartam a hipótese de convocatória dos ex-prefeitos Isnard Leite, Raimundo Angelim e Marcus Alexandre, para esclarecer as supostas irregularidades cometidas nas três gestões que passaram pela prefeitura da Capital.

Os adversários políticos acreditam que a Comissão pode lazer luz nesta relação incestuosa com o setor empresarial. Prometem revelar a sociedade riobranquense os abusos patrocinados pelos donos de empresas de ônibus, com aumentos da passagem acima do reajuste do salário dos usuários do transporte coletivo, demissão dos cobradores e os constantes atrasos do salário dos motoristas de ônibus desde 2019.

Subsídio por sete meses

A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (RBTRANS) pretende reduzir o preço da tarifa de R$ 4,00 para R$ 3,50 para quem paga ônibus religiosamente todos os dias. Um relatório apontou que trabalhadores que pegam o transporte coletivo diariamente desembolsam a quantia de 50 centavos para subsidiar a gratuidade chega em torno dos 22%, por conta disso defende o pagamento da gratuidade leve em conta o critério por quilômetro rodado.

A mudança da base de cálculos permitirá que a prefeitura da Capital arque com o subsídio de sete meses, como medida de assegurar a gratuidade dos idosos, portadores de comorbidades e estudantes da rede municipal, mas cabendo ao governo do Estado arcar com o subsídio dos alunos matriculados na rede estadual, enquanto a Reitoria da Universidade Federal do Acre (Ufac) dos universitários matriculados na universidade pública. RBTRANS pretende tirar essa despesa extra das costas do trabalhador que paga o transporte coletivo. Com os constantes aumentos dos combustíveis, a frota de 80 ônibus circulando na cidade caiu para 50 veículos como medida para conter os prejuízos, enquanto os vereadores não aprovam o pacote de socorro do transporte coletivo.

Acre registra o primeiro caso suspeito da variante Delta

Cezar Negreiros

Acre registra primeiro caso suspeito da variante Delta. A vítima é um idoso de 84 anos que está em estado grave num leito da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia do Acre (INTO-AC). A Vigilância Epidemiológica acompanha os familiares do paciente que chegou recentemente do Rio de Janeiro, epicentro da variante indiana. A equipe do Laboratório Central de Saúde Pública do Acre (Lacen) faz o sequenciamento genético da amostra de sangue coletada do paciente, o resultado da sorologia pode ser divulgado nas próximas horas.

Para o médico biologista molecular Andreas Stocker, gerente técnico do Centro de Infectologia Charles Mérieux, a nova variante pode estar em circulação no Estado, sem nenhuma caso de transmissão comunitária confirmado nos municípios acreanos. "Devemos registrar um aumento dos casos na região, o próximo mês pode dar sinal da chegada da 3ª onda da pandemia no Acre", ponderou o profissional de saúde em entrevista concedida a imprensa local.

Diante do cenário de incertezas, a Associação de Bares e Restaurantes e Promotores de Eventos do Acre (ABRPE/AC) lançou um selo "Bares Vacinados" para incentivar a população acreana tomar a segunda dose do imunizante anticovid. A iniciativa conta com a adesão de 30 estabelecimentos comerciais na capital que passa vigorar no dia 10 de setembro. "Será exigido dos clientes a apresentação do cartão de vacinação com pelo menos a primeira dose, acompanhado de um documento de identificação", declarou o empresário da noite, Leôncio Castro.

Aproximadamente 433.937 pessoas, que corresponde por 48,51% da população acreana tomou a primeira dose do imunizante anticovid, chega a 177.790 pessoas que representa 19,88% da população que já tomou a segundo dose da vacina contra a covid-19. A capital acreana desponta com 294, 218 rio-branquenses vacinados, sendo 212.518 pessoas com a primeira dose, chega a 77.115 com a segunda dose e 5.190 com dose única da vacina Janssem.

Mais uma morte por Covid-19 e 33 novos casos nas últimas 24 horas, o estado já contabiliza 1.809 óbitos e 87.671 casos. A vítima desta vez era uma aposentada de Brasileia que tinha 83 anos, que faleceu na última quarta-feira (dia 18) no Hospital Raimundo Chaar. Atualmente, 5 exames de RT-PCR seguem aguardando análise do Laboratório Central de Saúde Pública do Acre (Lacen) ou do Centro de Infectologia Charles Mérieux.

Especialistas fazem sequenciamento genético em paciente

Educação cria clube de robótica para alunos

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE), por meio da Divisão de Automação e Empreendedorismo do Departamento de Inovação, criou o Clube de Robótica, cuja finalidade é desenvolver projetos e incentivar a pesquisa por parte dos alunos, tanto do ensino médio quanto do ensino fundamental, anos finais.

Em um primeiro momento, o Clube de Robótica chegou a duas escolas vencedoras da sexta edição, 2020, da Mostra Viver Ciência. O Instituto Odilon Pratagi (IOP), de Brasileia, vencedor da modalidade ensino médio e a Escola Neutel Maia, de Rio Branco, vencedora da modalidade ensino fundamental, anos finais.

Agora, mais 12 escolas estão sendo contempladas no Clube de Robótica, das quais seis em Rio Branco, a Serafim Salgado, na região da Baixada da Sobral; a Diogo Feijó, no Floresta; a Clínio Brandão, no Maria Íris; a Marilda Gouveia, no João Eduardo; a Ejorb, no Aeroporto Velho; e a Heloisa Mourão Marques, na Ladeira do Bola Preta.

As escolas do interior contempladas no clube são a Edmundo Pinto e José Plácido de Castro, em Porto Acre; a São João Batista, no Bujari; a Cívico-Militar Aldaci Simões, em Senador Guiomard; e a Escola Indígena Ixubai Rabuí Puyawanawa, em Mâncio Lima.

De acordo com o chefe da Divisão de Automação e Empreendedorismo, Antônio Fernandes, o clube oferece para os alunos a possibilidade de realizar pesquisas e desenvolver projetos na área de robótica. "Isso é uma maneira interdisciplinar de mostrar que a robótica é um projeto fixo e contínuo dentro da escola", afirma.

Cursos

Como parte do clube, a Divisão de Automação está oferecendo sete módulos (cursos) para que o aluno possa entender a robótica, a automação e a suas aplicações. "Isso para que ele possa desenvolver sua capacidade de criação e solucionar problemas do cotidiano", enfatiza Antônio Fernandes.

O primeiro módulo é o de Introdução ao Arduino pelo simulador Tinkercad. O segundo é a Automação com o Arduino, em que o aluno receberá um kit de arduino para trabalhar. O terceiro módulo é o de Robótica I, a partir do qual, em 2022, o aluno será um agente multiplicador por meio de oficinas a serem oferecidas nas escolas.

Os outros quatro módulos serão ofertados somente em 2022, um deles o de automação e internet das coisas, em que o aluno, segundo Fernandes, "vai entender como funcionam os objetos inteligentes e como ele pode conectar esses objetos no celular".

Em fevereiro do ano que vem, segundo ele, a divisão estará oferecendo um curso de robótica para os professores da rede estadual. "O projeto pode ser inserido nas escolas, principalmente nas de ensino médio, por meio de uma disciplina chamada eletiva em que os professores podem trabalhar esse projeto de robótica", informa Fernandes.

Estado e Ufac iniciam tratativas para obras do Hospital Universitário

Em parceria com o governo do Estado, a Universidade Federal do Acre (Ufac) deu início na última quarta-feira, 18, às tratativas para a construção do Hospital Universitário, no campus de Rio Branco. A reunião contou com a presença do gestor da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), Cirleudo Alencar e a reitora da Ufac, Guida Aquino.

De acordo com Guida Aquino, o hospital terá capacidade para atender 245 mil consultas médicas e realizar 9 mil procedimentos cirúrgicos por ano, gerando cerca 1,8 mil empregos diretos. Além de suprir a demanda de atendimento a saúde no Estado.

"Tratamos sobre a possibilidade de um recurso do governo do Estado para que seja repassado para a Ufac com o objetivo de podermos construir o Hospital Universitário que vai atender toda uma demanda do Estado, por ser um hospital completo, estamos confiantes que essa parceria dará certo", destacou a reitora.

O hospital pretende realizar atendimentos para todos os públicos, desde os recém nascidos aos idosos. Terá também uma maternidade que contará com toda uma estrutura necessária com 320 leitos de enfermarias, 40 Unidades de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, banco de leite, 11 salas para cirurgia e 60 consultórios ambulatoriais para os cuidados intermediários.

Para a realização da obra, o investimento do complexo hospitalar é estimado em R$ 225 milhões. Para a primeira etapa da obra, serão necessários cerca de R$ 175 milhões que estão sendo pleiteados pelo Estado e também pela bancada federal.

"O governo pretende firmar a parceria com a universidade para a construção do hospital universitário, em breve o governador irá em Brasília para tratar da possibilidade de transferir os recursos já garantidos na ordem de R$ 60 milhões que nós temos para a construção da nova maternidade e repassar esse valor para a Ufac. Além dos demais recursos oriundos do governo federal", ressaltou Cirleudo Alencar.

Secretário Cirleudo Alencar e a reitora Guida Aquino

Gladson acompanha regularização de ativos

O governador Gladson Cameli, acompanhado de sua equipe técnica participou nesta sexta-feira, 20, na Aggrego Consultores em São Paulo, de uma reunião de acompanhamento do Processo de Regularização dos Ativos Ambientais de Governo.

O objetivo do encontro foi de habilitar o estado do Acre para comercializar ativos ambientais e buscar parcerias com fundos de investimentos nacionais e internacionais. De modo que possa ser alcançado empresas interessadas em processo de neutralização de carbono e esses ativos sejam convertidos em recursos econômicos para o investimento na agricultura e pecuária sustentável, gerando empregos e renda no Acre.

"O Acre é a menina dos olhos no processo de neutralização do carbono. O estado está pronto para irmos em busca de recursos junto as empresas e futuros investidores", ressaltou Cameli.

Os pontos positivos na regularização é o levantamento de recursos para aplicação na infraestrutura rural, com foco na discussão de recursos. O Acre se tornaria referência no Environmental Social and Governance Advisory (ESG), que são três pilares: o ambiental, o social e o de governança.

"Precisamos dar valor econômico para os ativos ambientais, o Acre tem hoje todo o potencial para se tornar um ESG. Estamos aqui para apoiar e direcionar o estado na busca pelos recursos", destacou o consultor e sócio da Aggrego Consultores, Ludovino Lopes.

Participaram da reunião os especialistas em finanças e governança corporativa, Claudio Ventura, Sérgio Brilhante e o presidente do Conselho de Administração (CDSA), Ernandes Negreiros.

Governo realiza melhorias nos ramais Igrejinha e Noca, na Transacreana

Com o objetivo de atender as demandas públicas para reestruturações de ramais, o governo do Acre, por meio do Departamento de Estradas de Rodagens (Deracre), segue com os serviços de infraestrutura na estrada AC-90, em Rio Branco.

Conhecida popularmente como Transacreana, a rodovia possui diversos ramais em seu entorno. Entre eles, destacam-se os ramais Igrejinha e Noca, localizados no quilômetro 41, especificamente no Projeto de Assentamento (P.A) Carão.

Nesta semana, os agentes técnicos da autarquia estadual concluíram mais uma etapa de intervenções nos respectivos ramais. Foram realizados os trabalhos de abertura das vias, raspagem, desvio de águas superficiais, retirada de atoleiros, limpeza, estabilização do solo e recuperação de pontes.

"Mais um compromisso do governo Gladson Cameli que está sendo concretizado. Terminamos os serviços nas estradas vicinais da Igrejinha e do Noca e estamos nos desfechos finais para concluir as manutenções em todos os ramais do P.A Carão", informa o diretor presidente do Deracre, Petrônio Antunes.

Ao todo, a gestão estadual recuperou os 2 quilômetros de extensão do ramal da Igrejinha, o que incluiu a construção de 1 ponte. Já no ramal do Noca, foram reestruturados, os 8 quilômetros de sua via rural, além da manutenções em 3 pontes. Ambos ramais, estão interligados e dão acesso a comunidade ribeirinha do Riozinho do Rola.

"Com a dedicação dos nossos servidores, o governo do Estado busca melhorar a vida do homem do campo, dando trafegabilidade aos ramais e assim, criando as condições necessárias para o fortalecimento da agricultura e do agronegócio", destaca o diretor de operações do Deracre, Ronan Fonseca.

Cotidianamente, o agricultor Valdo Pereira, morador do ramal do Noca, acompanhava as ações do Deracre. Ele fazia questão de servir água e café para os trabalhadores, como forma de gratidão pelas benfeitorias na estrada.

"Há mais de seis anos, que não tinham obras na nossa comunidade. Nesse tempo, ficávamos preso em casa. Só saíamos, se fosse em cima de um cavalo. Era uma situação triste. Porém, agora estamos satisfeitos, pois o governador Gladson Cameli mandou realizar essas obras, que vão tirar a gente do sufoco", disse.

Primeira-dama participa da 3ª Reunião da Aliança pelo Voluntariado, em Brasília

A primeira-dama Ana Paula Cameli participou nesta quinta-feira, 19, no Palácio da Alvorada, em Brasília, da 3ª Reunião da Aliança pelo Voluntariado, promovida pela primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro.

O encontro teve o objetivo de compartilhar os resultados da Campanha do Agasalho e do Projeto Apadrinhe um Futuro. As ações fazem parte do programa Pátria Voluntária, que estimula a sociedade civil e empresas a realizar doações e a prestar trabalho voluntário às entidades sociais cadastradas na plataforma.

"Meu trabalho é voluntário, por isso é sempre uma honra participar dos eventos promovidos pela primeira-dama do Brasil e principalmente fazer parte do Pátria Voluntária. No Acre temos atuado junto às entidades cadastradas na plataforma", destacou Ana Paula Cameli.

A primeira-dama do Acre também lembrou da importante doação de mais de mil cestas básicas feita pelos Emirados Árabes Unidos no Brasil, por meio do Pátria Voluntária. Os insumos atenderam duas entidades sociais cadastradas na plataforma.

O evento reuniu mulheres de todo o país, sendo elas primeiras-damas estaduais e embaixadoras.

Primeira dama Ana Paula Cameli no Palácio da Alvorada

Governo do Estado vai revitalizar parques de Rio Branco

O governo do Acre, em parceria com a Prefeitura de Rio Branco, irá iniciar a manutenção e revitalização dos parques da Maternidade e Tucumã, num investimento de R$ 1,5 milhão. A previsão é de que as obras tenham início no mês de setembro e o prazo para conclusão é de 45 a 60 dias.

De acordo com o secretário de Infraestrutura do Estado, Cirleudo Alencar, os espaços dos parques públicos são de domínio do Município. Esses locais foram construídos pelo governo do Estado, mas a sua manutenção será de responsabilidade da prefeitura, em acordo que será formalizado por meio do termo de cessão assinada pelo governador Gladson Cameli e o prefeito Tião Bocalom.

"Há oito anos esses espaços não recebem manutenção, mas agora serão realizadas a recomposição de pavimentos dos espaços públicos, as pontes e a sinalização vertical e a troca de equipamentos. Após todos os reparos, o governo irá repassar os parques para a responsabilidade da Prefeitura de Rio Branco definitivamente", destacou Alencar.

O Parque Tucumã foi inaugurado em dezembro de 2008 e tornou-se um dos principais pontos turísticos da capital. É frequentado por muitas famílias, principalmente para a prática de esportes, visto que em todo o seu percurso existem duas vias de ciclovia e de pedestres.

"Estamos fechando detalhes técnicos com a empresa que já foi contratada e o orçamento financeiro que a Secretaria de Fazenda já disponibilizou. Essas obras vão beneficiar a população com um espaço reformado e também vão fortalecer a cadeia produtiva da construção civil, gerando emprego e renda para mais de 200 pessoas, só no Parque Tucumã", pontuou o secretário.

Acre recebe mais de 27 mil doses de vacina contra a Covid-19

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Saúde (Sesacre), recebeu do Ministério da Saúde (MS) nesta sexta-feira, 20, um novo lote de vacinas contra a Covid-19, com 27.400 doses no total, 15.700 doses da Coronavac e 11.700 doses da Pfizer.

Após a chegada dos imunizantes, o governo do Estado se torna responsável pela distribuição imediata aos 22 municípios, que executam o cronograma de vacinação. A logística de entrega desenvolve-se com o auxílio das demais instituições, como a Segurança Pública, para que os imunizantes cheguem de forma célere e segura às localidades mais isoladas.

Este é o 41º lote de vacinas contra a Covid-19 enviadas ao Acre com destinação tanto para primeira, quanto para segunda dose. Ao todo, o Acre já recebeu 792.430 mil doses dos imunizantes utilizados pelo Ministério da Saúde e que fazem parte do Plano Nacional de Imunização.

"É um lote grande, destinado ao público em geral e que logo estará em todos os municípios do estado para fortalecer a campanha de vacinação contra essa doença", destaca a chefe do Programa Nacional de Imunização (PNI) no Acre, Renata Quiles.

O governo do Acre, por meio das equipes de imunização do Estado, está desenvolvendo nos municípios a ação intitulada Caravana da Vacinação, que tem como objetivo auxiliar as secretarias municipais de Saúde a atingir maior número de cidadãos. Além disso, a vacina contra a Covid-19 também é aplicada em ações do programa Saúde Itinerante, para que o quanto antes seja alcançada a imunidade de rebanho.

Vacinas são tanto para a primeira quanto para a segunda dose

Governo trabalha para garantir abastecimento

Em tempos de alta temperatura, pouca umidade e mananciais em níveis baixos, o governo do Acre, por meio do Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa), reforça o cuidado para garantir o abastecimento de água em Rio Branco, mesmo no período de estiagem.

Nesta sexta-feira, 20, mesmo com o nível do Rio Acre abaixo do ideal, em 1,42 m, nas duas unidades de produção da capital (ETA I e ETA II), o volume de água tratada se mantém próximo de 1.600 litros por segundo, quantidade máxima que as ETAs do Depasa, na capital, conseguem tratar.

O resultado é fruto de um trabalho diário das equipes, que vem sendo intensificado desde o início do ano. "Na ETA II, implantamos mais um flutuante. Hoje temos lá três flutuantes para fazer a captação. Na ETA I, colocamos dois flutuantes, deixamos a bomba da torre como reserva, então hoje trabalhamos com tranquilidade, mantendo a vazão da ETA I em 590 litros e a ETA II na faixa de 960, operando com capacidade total", explicou o diretor de Operações do Depasa, Alan Ferraz.

Intervenções para melhorar a distribuição

Com a captação estável, o foco do trabalho agora é para garantir que a água tratada chegue a todos os usuários do Depasa. Com esse objetivo, esta semana foi realizada uma parada programada para instalação de uma bomba de maior potência para reforçar o abastecimento na parte alta da cidade.

"Fizemos a substituição de um conjunto motobomba para aumentar o volume de água que o Reservatório Placas manda para o Reservatório Bem-te-vi e com isso fazer um abastecimento mais eficiente na regional do Bem-te-vi, garantindo que a água chegue mesmo aos locais onde antes havia dificuldade", informou Alan Ferraz.

Ainda para melhorar a distribuição de água da capital, no outro lado da cidade e no Segundo Distrito, mais uma bomba está sendo instalada nesta sexta-feira.

A diretora-presidente do Depasa, Waleska Bezerra, enfatizou o compromisso da gestão Gladson Cameli em atender bem a população: "Água é vida. E nosso trabalho diário é garantir que esse serviço essencial chegue com qualidade a todos os usuários do Depasa".

Contran estabelece novos prazos para renovação de habilitação e serviços

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou nesta quinta-feira, 19, a deliberação nº 236, que estabelece novos prazos de processos e procedimentos de serviços relacionados a veículos, infrações e habilitação no Acre.

A deliberação se aplica aos condutores habilitados, veículos registrados e infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviários em todo o território do Acre.

De acordo com a deliberação, o prazo para as notificações de autuação já expedidas, as datas finais de apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator previstas para o período de 1º de fevereiro de 2021 até 24 de agosto de 2021 ficam prorrogadas para 30 de setembro de 2021.

Para as notificações de penalidade já expedidas, as datas finais de apresentação de recurso previstas para o período de 1º de fevereiro de 2021 até 24 de agosto de 2021 ficam prorrogadas para 30 de setembro de 2021.

Para as notificações nos processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação já expedidas, as datas finais de apresentação de recurso previstas para o período de 1º de fevereiro até 24 de agosto de 2021 ficam prorrogadas para 30 de setembro de 2021.

Cronograma para renovação das CNH E ACC vencidas em 2020	
Data de vencimento	Período de renovação
Fevereiro, março e abril de 2020	até 30 de setembro de 2021
Maio, junho e julho de 2020	até 31 de outubro de 2021
Agosto, setembro e outubro de 2020	até 30 de novembro de 2021
Novembro e dezembro de 2020	até 31 de dezembro de 2021
Cronograma para renovação das CNH E ACC vencidas em 2021	
Data de vencimento	Período de renovação
Janeiro de 2021	até 31 de janeiro de 2022
Fevereiro de 2021	até 28 de fevereiro 2022
Março de 2021	até 31 de março 2022
Abril de 2021	até 30 de abril 2022
Maio de 2021	até 31 maio 2022
Junho de 2021	até 30 de junho 2022
Julho de 2021	até 31 de julho 2022
Agosto de 2021	até 31 de agosto 2022
Setembro de 2021	até 30 de setembro 2022
Outubro de 2021	até 31 de outubro 2022
Novembro de 2021	até 30 de novembro 2022
Dezembro de 2021	até 31 de dezembro 2022

O veículo novo adquirido entre 31 de dezembro de 2020 e 24 de agosto de 2021 deve ser registrado e licenciado até 30 de setembro de 2021.

A transferência de propriedade de veículo adquirido entre 31 de dezembro de 2020 e 24 de agosto de 2021 deve ser efetuada até 30 de setembro de 2021.

Para fins de fiscalização, consideram-se válidas as CNH e Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC) vencidas desde 1º de fevereiro de 2020 e com vencimento até 31 de dezembro de 2021, e a nova data.

Ficam revogadas resoluções nº 816, de 17 de março de 2021, e nº 854, de 8 de abril de 2021.

"Com a melhora da pandemia no Acre, o Contran retomou prazos que estavam suspensos. Esse retorno gradual já estava acontecendo em outros estados do Brasil. A nossa missão é garantir que todo cidadão que solicite os nossos serviços seja bem atendido", declarou a presidente do Detran/AC, Taynara Martins.

Turma de 38 alunos da PM conclui Cinotecnia

A Polícia Militar do Acre (PMAC) realizou no final da tarde desta quinta-feira, 19, no Batalhão de Operações Especiais, a solenidade de encerramento do 1º Curso de Cinotecnia. No total, 38 agentes da segurança pública concluiram o curso e estão capacitados para a atuação com cães no serviço policial.

A capacitação, que durou cerca de 50 dias, teve como instrutores policiais da Companhia de Policiamento com Cães da PMAC (CPCães) e também de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, todos com alto nível de conhecimento na área.

"Ficamos felizes com a integração com as outras forças de segurança, já que tivemos alunos da Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Corpo de Bombeiros e Polícia Penal, o que certamente ajudará as forças a atuarem juntas no combate a criminalidade. Gostaria de agradecer ao governador do Acre, que não pôde estar presente, mas sempre apoiou a PM e, por isso, concluímos cursos como este", destacou o comandante-geral da PMAC, coronel Paulo César Gomes.

Os primeiros cinotécnicos formados no Estado - 27 integrantes da PMAC, quatro do Corpo de Bombeiros Militar do Acre, quatro policiais penais, dois policiais rodoviários federais e um policial militar da PM do Mato Grosso do Sul - obtiveram conhecimentos teóricos e práticos acerca do trabalho com cães, desde a sua formação, cuidados básicos e aplicação no serviço policial militar.

Teoria Cinófila, Psicologia Canina, Noções de Medicina Veterinária, Noções de Faro, Manejo Técnico de Filhotes, Adestramento Básico e Princípios de Sobrevivência foram algumas das disciplinas ministradas, com carga horária total de 435 horas/aula.

"Aos novos cachorreiros, um abraço de toda a coordenação. Que vocês sejam felizes nas unidades de vocês. Levem na cabeça e no coração o aprendizado repassado aos senhores. Gostaria de dizer que o trabalho está de portas abertas para todos vocês", frisou o comandante do Bope, tenente-coronel Flávio Inácio, que aproveitou a oportunidade para homenagear seis policiais que na década de 90 foram os pioneiros a trabalharem com cães no Acre, juntamente com os coronéis da Reserva Remunerada Américo Gaia e Jordão Melo.

A solenidade contou com a presença do Secretário de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), coronel Paulo Cézar do Santos, do representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), coronel da reserva remunerada da PMAC, Américo Gaia, e várias outras autoridades civis e militares, além da Banda de Música da PMAC, a Furiosa, amigos e familiares dos formandos.

Companhia de Policiamento com Cães

A modalidade de policiamento com cães chegou à PMAC em 2004, com a formação, à época, dos soldados Rock e Pedralino em Cinotecnia, na Polícia Militar do estado de São Paulo. Nesse período, dois cães da raça rottweiler, "Máximus" e "Negão", foram treinados na modalidade de guarda e proteção, sendo posteriormente utilizados em outras operações, entre elas em presídios. Na época, os cães eram particulares e não havia estrutura para mantê-los no quartel.

No ano de 2006, a cadela "Una" foi incorporada ao efetivo, doada à Companhia de Operações Especiais (COE) pelo comandante da especializada na época, o capitão PM Gaia. Com a criação da CPCães, iniciaram-se, de fato, as ações especializadas com o uso de cão policial. A partir daí foram construídas baias, o que possibilitou a permanência e o treinamento de cães exclusivamente nas instalações do quartel.

Atualmente, a Companhia conta com quatorze cães, sendo três adultos, treinados em faro de armas e narcóticos, e onze filhotes ainda em treinamento. A unidade atua em uma gama de missões onde seja viável a utilização de cães policiais, entre elas faro de entorpecentes e armas, busca e captura de foragidos, intervenção em estabelecimentos prisionais e policiamento em eventos.

Bolsonaro veta fundo eleitoral de R$ 5,7 bi e emendas que ampliam poder do Congresso sobre Orçamento

Conforme vinha anunciando, o presidente Jair Bolsonaro vetou nesta sexta-feira (20) a criação de um valor mínimo de R$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral de 2022.

Também foi vetada na LDO (lei que dá as diretrizes para elaboração do Orçamento) do ano que vem a autorização para as emendas de relator, que dão mais poder ao Congresso para destinar verba a suas bases eleitorais.

O Congresso tem o poder de derrubar os vetos. Para isso, a decisão de Bolsonaro precisa ser votada numa sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Alvo de questionamento de órgãos de controle, o Congresso chegou a aprovar possibilidade de ampliar a fatia do Orçamento nas mãos de parlamentares. Conhecido como emendas de relator, esse instrumento estava previsto na versão do projeto da LDO.

O mecanismo para aumentar o controle do Congresso em relação ao Orçamento vigorou em 2020 e agora em 2021.

Ele funciona da seguinte forma: o relator do Orçamento, que ainda será enviado no fim de agosto, remaneja despesas de ministérios e passa a prever gastos em áreas e projetos negociados politicamente por congressistas influentes e, portanto, mais aliados ao governo.

Com isso, o Palácio do Planalto tem ampliado sua base de apoio no Congresso, já que as emendas beneficiam bases eleitorais de parlamentares, que, por sua vez, esperam aumentar seu capital político. Isso ganha ainda mais peso em ano eleitoral.

O TCU (Tribunal de Contas da União) quer mais transparência nesses gastos.

Para evitar desgaste, governistas defendiam mudanças nesse mecanismo, pelo qual valores bilionários são rateados entre vários congressistas a depender dos acordos políticos firmados. Apesar de ficarem vinculadas ao relator do Orçamento, a negociação envolve dezenas de congressistas.

Com a ampliação dessas emendas parlamentares, Bolsonaro tem ficado mais desgastado diante de contradições em relação ao discurso da campanha presidencial, quando atacava esse tipo de negociação política.

O presidente também vetou a criação de emendas de comissão permanente do Senado, da Câmara e de comissão mista do Congresso na LDO. Elas, porém, têm tido valores inferiores ao montante atribuído ao relator do Orçamento.

Desde o Orçamento de 2020, existem quatro tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso) e as do relator (criadas por congressistas influentes a partir de 2020 para beneficiar seus redutos eleitorais).

"Apesar de meritórias, essas emendas ampliam a segregação de programações discricionárias submetidas aos ministérios, órgãos e entidades federais, que enseja excessivamente a despesa, o que pode prejudicar a condução e execução efetiva de políticas públicas sob responsabilidades de cada pasta", disse, em nota, a secretaria-geral da Presidência da República, ao justificar o veto às emendas de relator e emendas de comissão.

Os vetos foram informados em nota e devem ser publicados no Diário Oficial da União de segunda-feira (23).

O governo argumentou ainda que essas emendas foram vetadas em anos anteriores. Os vetos, porém, foram derrubados pelo Congresso.

Apesar do desgaste político, líderes partidários defendem a continuidade dessas emendas em 2022, mesmo que em formato diferente e menor volume que nos anos anteriores. Por isso, discutem a derrubada desse veto.

Já o veto ao fundo de financiamento de campanhas era esperado. A estratégia do Palácio do Planalto é deixar a negociação do tamanho do fundo para o projeto do Orçamento, que começa a tramitar no Congresso no fim do mês e só deve ser aprovado em dezembro.

"O presidente da República decidiu vetar o aumento do Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) e as despesas para o ressarcimento das emissoras de rádio e de televisão pela inserção de propaganda partidária", diz nota divulgada pelo Planalto.

É nesse projeto que são previstos os recursos para as despesas federais do próximo ano.

O veto de Bolsonaro, portanto, não encerra o assunto, e arrasta a negociação com os partidos para os próximos meses.

O uso de dinheiro público para financiar campanhas eleitorais opõe grupos de sustentação de Bolsonaro.

Para a base ideológica, ele precisava sinalizar contra o fundo. Para o centrão, coalizão de partidos que passou a apoiar o governo após a liberação de cargos e emendas, o presidente deve garantir recursos para a eleição.

Em julho, a ampla maioria dos deputados e dos senadores tentou antecipar a definição do valor do fundo e aprovou um mecanismo com um patamar mínimo de R$ 5,7 bilhões. O cálculo foi inserido na LDO.

O veto de Bolsonaro ao trecho da LDO, na prática, mantém a autorização para que o fundo de financiamento de campanhas eleitorais no próximo ano seja criado, mas derruba a decisão coordenada por diversos partidos para garantir o repasse de quase R$ 6 bilhões —muito acima da campanha do ano passado, que custou cerca de R$ 2 bilhões aos cofres públicos.

O fundo eleitoral inflado foi aprovado de forma acelerada pelo Congresso, em meio às discussões da LDO. O relatório do projeto da lei orçamentária foi apresentado na madrugada de 15 de julho, aprovado em comissão do Legislativo pela manhã e, depois, à tarde no plenário do Congresso.

O presidente já passou por situação semelhante no final de 2019. Mas a solução foi outra.

Na ocasião, poucas horas depois de sinalizar que vetaria o fundo eleitoral de R$ 2 bilhões para as eleições municipais de 2020, Bolsonaro recuou e acabou dando aval, argumentando que, do contrário, poderia ser alvo de um processo de impeachment.

Planalto tem usado emendas de relator para ampliar sua base no Legislativo, mas TCU quer mais transparência

Guedes diz que prefere não fazer reforma tributária a piorar sistema após fracassos no IR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (20) que prefere não prosseguir com uma reforma tributária do que piorar o sistema atual. A declaração é dada em meio às incertezas sobre o rumo de diferentes projetos ligados ao tema em discussão entre governo e Congresso, como a proposta que altera o Imposto de Renda.

"Não vamos fazer nenhuma insensatez. Quero deixar muito claro o seguinte. Eu prefiro não ter uma reforma tributária do que piorar", afirmou Guedes em audiência no Senado.

O ministro disse que há muitas pessoas reclamando sobre a reforma porque, segundo ele, vão começar a pagar impostos. "Temos que ver mesmo se vai piorar ou não. Se a gente chegar à conclusão que vai piorar, eu prefiro não ter", reiterou.

"E piorar, para mim, é aumentar imposto, é tributar gente que não pode ser tributada, é fazer alguma coisa que prejudique estado e município —que acho que não estamos prejudicando. A base de arrecadação está crescendo tanto que é hora de reduzirmos um pouco as alíquotas", disse.

As declarações de Guedes são dadas ao fim de uma semana em que Executivo e aliados tentaram, pela terceira vez, aprovar na Câmara o projeto que altera o Imposto de Renda. Apesar de um acordo em torno do texto e em meio a receios sobre o impacto para os cofres públicos, a discussão foi adiada com apoio da própria base.

Durante as negociações, conforme mostrou a Folha, Guedes chegou a ensaiar a retirada da proposta. Mas o movimento causou reação de aliados e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) —que tem interesse em ver o projeto aprovado.

Guedes disse que prefere não prosseguir com a reforma caso ela piore o sistema, mas defendeu nesta sexta diversos conteúdos da proposta do Imposto de Renda —como a redução de impostos sobre empresas e a tributação de dividendos.

Apesar dos sinais de Guedes e de divergências na equipe econômica em torno do projeto, a cúpula do Ministério da Economia ainda defende o andamento da proposta e espera o resultado das negociações com parlamentares para verificar a viabilidade de um texto.

No Congresso, a base do governo ainda busca uma solução e, mesmo após as falas de Guedes, se mostra confiante em alcançar um acordo para colocar o texto em votação.

A busca por um desenho persistente mesmo após o cancelamento de uma reunião que aconteceria com a oposição na próxima terça-feira (24) para tentar conciliar mudanças. Isso porque o encontro desagradou a base do governo na Câmara, que temia as concessões que poderiam ser feitas.

Líder da Oposição na Câmara, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) criticou o cancelamento. "É lamentável que não se permita que o governo dialogue com a oposição para buscar a melhor solução para a reforma do imposto de renda", disse.

"Não somos a oposição do quanto pior, melhor. Somos a oposição que dialoga e propõe soluções para tirar o país da crise e para gerar emprego e renda. Infelizmente, o governo não está autorizado por sua base a fazer o mesmo", afirmou.

O projeto de lei que altera o Imposto de Renda está sob críticas desde que foi enviado ao Congresso, no fim de junho. A versão original do governo trazia a taxação de dividendos acompanhada de uma redução tímida no imposto das empresas, desagradando empresários.

Nas mãos do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o texto passou por uma série de alterações. Ele manteve a taxação de dividendos, mas ampliou de forma significativa o corte do imposto sobre as companhias. A partir daí, o texto passou a desagradar também estados e municípios —que passaram a reclamar de perda de receita.

Nesta sexta, Guedes reafirmou sua defesa pelo corte de impostos dizendo que a atividade no ano que vem vai crescer e elevar a arrecadação, permitindo uma redução sem que os cofres públicos sejam afetados. Essa tese é questionada por analistas, que apontam riscos para as contas governamentais —já que a proposta tem impacto anual e é baseada em uma melhora de caráter não-permanente.

Guedes falou que nos últimos 40 anos os impostos sobre empresas diminuíram no mundo todo e chegou a citar a política econômica do então presidente americano Ronald Reagan nos anos 1980. "Foi considerado algo extraordinário", afirmou Guedes.

A política do americano se baseava na ideia de que os cortes de impostos gerariam tanto investimento e crescimento econômico a ponto de compensar seu custo. Porém, após Reagan cortar impostos, a receita tributária despencou e os EUA passaram de maior credor para o maior devedor do mundo.

"Ninguém vai perder. Não vamos [União] perder também e, se perder, prefiro perder um pouquinho. Porque [com] o ritmo de negócios para o ano que vem já vamos arrecadar de novo", disse. "Vai ter uma boa base, porque estamos trazendo gente que nunca pagou para a realidade, tem atualização de imóveis, tem uma porção [de medidas]", afirmou.

No caso dos prefeitos, o governo só conquistou apoio —por meio da CNM (Confederação Nacional dos Municípios)— após acenar com mais repasses da União por meio de outro projeto. Guedes disse nesta sexta, inclusive, que está "abraçado" com a Confederação.

Para o ministro, a reforma no Imposto de Renda não é complexa —mas mexe com diferentes interesses. "Tem muito interesse em jogo. É relativamente simples. No mundo inteiro os impostos estão caindo. Nós vamos para a média do mundo. De 34% [a alíquota sobre empresas] para 24%", afirmou.

Ele diz que o corte é uma "aposta" no futuro crescimento do país. "Vai cair [a carga]. Isso é uma aposta. Uma aposta no vigor, na recuperação econômica, uma aposta de que os impostos, baixando para as empresas, [farão] os investimentos aumentar", disse.

"Mas a hora de fazer essa aposta é agora. A arrecadação está crescendo, as empresas estão batendo recordes de resultados", disse.

STF repudia pedido de impeachment feito por Bolsonaro e diz ter total confiança em Moraes

O STF (Supremo Tribunal Federal) divulgou na noita desta sexta-feira (20) uma nota oficial para repudiar o pedido de impeachment feito pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes.

A nota oficial, sem assinatura, em nome de todo o tribunal, diz ainda que a corte "manifesta total confiança" no ministro.

"O Supremo Tribunal Federal, neste momento em que as instituições brasileiras buscam meios para manter a higidez da democracia, repudia o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de oferecer denúncia contra um de seus integrantes por conta de decisões em inquérito chancelado pelo Plenário da Corte", diz o texto.

Segundo a corte, "o Estado democrático de Direito não tolera que um magistrado seja acusado por suas decisões, uma vez que devem ser questionadas nas vias recursais próprias, obedecido o devido processo legal".

O tribunal reforçou ainda que, "ao mesmo tempo em que manifesta total confiança na independência e imparcialidade do Ministro Alexandre de Moraes, aguardará de forma republicana a deliberação do Senado Federal".

Mais cedo, Bolsonaro ignorou apelos e ingressou com um pedido de impeachment contra Moraes.

A formalização ocorre no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor Sérgio Reis e do deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), aliados do presidente.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

Auxiliares palacianos viram na apresentação do pedido uma reação do presidente à operação da PF. Bolsonaro havia anunciado que também pediria o afastamento do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso, o que não ocorreu.

No último sábado, um dia após a prisão de seu aliado Roberto Jefferson, Bolsonaro anunciou que iria entrar com a ação. A detenção do ex-deputado ocorreu por ordem de Moraes, após ataques do político às instituições.

Segundo Bolsonaro, os atos praticados pelo ministro "transbordam os limites republicanos aceitáveis" e que Moraes não "tem a indispensável imparcialidade para o julgamento dos atos" do presidente da República.

Na peça, ele ainda diz que o ministro "comporta-se de forma incompatível com a honra, a dignidade e o decoro de suas funções, ao descumprir compromissos firmados ao tempo da sabatina realizada perante o Senado Federal".

"Como demonstrado, o denunciado tem se comportado, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, como um juiz absolutista que concentra poderes de investigação, acusação e julgamento", diz Bolsonaro.

O presidente também reclama do fato de Moraes ter acolhido a notícia-crime do TSE e ter decidido investigá-lo por suposto vazamento de dados sigilosos de inquérito da Polícia Federal sobre invasão hacker à corte eleitoral em 2018.

"A notícia-crime é encaminhada pelo Excelentíssimo ministro Alexandre de Moraes (e seus pares, do TSE) para o próprio Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, no STF. Pior, sem a oitiva do Ministério Público Federal", diz em outro trecho.

Sem a presença de autoridades, o protocolo do pedido de impeachment nesta sexta foi bem diferente do que Bolsonaro havia planejado inicialmente.

A ideia era levar pessoalmente o documento, acompanhado de ministros de Estado, às mãos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o que não ocorreu. Bolsonaro está no interior de São Paulo.

Corte diz que Estado democrático de Direito não tolera que um magistrado seja acusado por suas decisões

Moraes mostra pressa e manda PF analisar já na operação celulares de Sérgio Reis e deputado

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ordenou que equipamentos eletrônicos encontrados em poder de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro alvos de uma operação da Polícia Federal nesta sexta-feira (20) começassem a ser vasculhados no próprio local da ação.

Moraes atendeu a um pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para que a análise de conteúdo eventualmente armazenado em dispositivos como celulares, tablets e computadores seja "célere e imediata".

Pressionada, a exemplo do que ocorreu no ano passado quando rojões foram lançados na direção do prédio do Supremo, a PGR agiu tão logo foi conhecida a nova articulação de bolsonaristas.

A peça foi assinada pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, uma das principais auxiliares do procurador-geral Augusto Aras. Ela afirmou que identificou um levante contra instituições como o Supremo.

Na decisão, reproduzindo o que defendeu a Procuradoria, Moraes determinou "o acesso imediato e exploração do conteúdo dos documentos em qualquer suporte (físicos, mídias eletrônicas, servidores, nuvens, etc.) que se encontrem nos locais ou em poder dos requeridos ou das pessoas que com eles aí estiverem, propiciando atuação célere e imediata, inclusive já no local em que se realiza a ação".

Entre os alvos estão o cantor Sérgio Reis e o deputado bolsonarista Otoni de Paula (PSC-RJ). A decisão do ministro listou dez investigados, envolvidos em uma mobilização pró-Bolsonaro prevista para ocorrer em Brasília no dia 7 de setembro.

Foram expedidos mandados para 29 endereços vinculados aos suspeitos fossem vasculhados pelos policiais.

Buscam-se provas de eventuais condutas criminosas, mas a celeridade decretada pelo ministro na decisão revela também o caráter intimidatório da ação policial, admitem investigadores ouvidos pela Folha.

Essa é uma estratégia que tem sido marca dos inquéritos do Supremo —das fake news, dos atos antidemocráticos e da quadrilha digital— que miram bolsonaristas.

Independentemente do enquadramento penal que os alvos venham a sofrer na esfera judicial, dizem acreditar investigadores na PGR, a ação policial pode interferir na manifestação que vem sendo articulada pelos apoiadores do presidente.

Há uma preocupação por parte das autoridades de que uma nova escalada de manifestações de apoiadores do presidente ocorra e é preciso estancá-la.

As apurações que tramitam no Supremo contribuíram para esvaziar as manifestações em 2020 após a PF realizar operações por ordem de Moraes. Alguns militantes responsáveis pelos protestos chegaram a ser presos pela PF por ordem do ministro.

Apesar do caráter intimidatório, as operações nos inquéritos do STF têm contribuído para reforçar suspeitas de condutas criminosas ao recolher informações, principalmente troca de mensagens, que mostram ataques às instituições e seus integrantes, como o Supremo, e articulações de atos antidemocráticos.

A PF coletou informações sobre influentes nomes do bolsonarismo, como o ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten, o blogueiro Allan dos Santos e o empresário Otávio Fakhoury.

Foi a partir desses dados que Moraes considerou haver elementos para determinar a abertura de um inquérito para investigar a atuação de quadrilha digital apontada como responsável por ataques à democracia.

Deputados bolsonaristas e filhos do chefe do Executivo foram citados pelo ministro nessa apuração.

Com base em material apreendido, os deputados Otoni de Paula e Daniel Silveira (PSL-RJ) foram denunciados ao Supremo sob a acusação de crime de coação por tentar intimidar quem poderá julgá-los.

Na véspera de ano eleitoral, o país volta a assistir a uma escalada nos ataques de cunho golpista, incluindo o próprio Bolsonaro.

O mandatário elegeu Moraes e o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso, como alvos preferenciais.

No pedido de buscas que mirou o cantor Sérgio Reis e os demais, a PGR ressaltou que a ação tem o objetivo de prevenir a destruição de provas após toda repercussão pública da convocação feita para 7 de setembro.

"Não se trata de perspectiva remota, considerada a possibilidade dos requeridos virem a excluir as fotos e os vídeos dos perfis das redes sociais que serviram para que os fatos fossem descobertos a tempo", afirmou a Procuradoria.

Moraes disse que a PGR demonstrou "fartamente" que os investigados "pretendem utilizar-se abusivamente dos direitos de reunião, greve e liberdade de expressão, para atentar contra a democracia, o Estado de Direito e suas instituições".

A PGR afirmou que "o objetivo do levante seria forçar o governo e o Exército a 'tomar uma posição' em uma mobilização em Brasília em prol do voto impresso", proposta que é uma das bandeiras de Bolsonaro e que foi derrotada na Câmara.

Os organizadores, prosseguiu a representação enviada a Moraes, buscam "a destituição dos ministros do Supremo".

"Para tanto, pretendem dar um 'ultimato' no presidente do Senado Federal, invadir o prédio do Supremo Tribunal Federal, 'quebrar tudo' e retirar os magistrados dos respectivos cargos 'na marra'".

Em suas redes sociais, o deputado Otoni afirmou que "a ditadura da toga quer nos intimidar". "Não vão conseguir. Somos a maioria", declarou em vídeo.

Na gravação, ele conclama os "amigos patriotas" e a "direita conservadora" a não se intimar com as investidas da Justiça contra bolsonaristas e diz que a manifestação prevista para o dia 7 de setembro vai ser gigante.

O UOL entrou em contato com os investigados que não se manifestaram publicamente sobre a operação.

Entre eles, Antônio Galvan não deu resposta pública, mas a Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), órgão do qual é presidente, negou qualquer relação com ataques às instituições da democracia. Além disso, a associação afirmou não ter laços com as manifestações planejadas para o dia 7 de setembro.

Em nota, a Aprosoja disse que "não financia e tampouco incentiva a invasão do STF (Supremo Tribunal Federal) ou quaisquer atos de violência contra autoridades, pessoas, órgãos públicos ou privados em qualquer cidade do país".

Já Marcos Gomes, conhecido como Zé Trovão, e Turíbio Torres, gravaram um vídeo no Instagram afirmando que não são "bandidos, mas sim trabalhadores" e que estão fazendo "tudo dentro das quatro linhas da Constituição".

Parceria entre governo e prefeitura já mostra resultados excelentes em Sena

Da Redação

O bairro Jardim Primavera é a maior prova do sucesso da parceria entre a Prefeitura de Sena Madureira e o Governo do Estado, depois de entendimentos entre prefeito Mazinho Serafim e a Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), gerida pelo senamadureirense Cirleudo Alencar. O bairro virou um verdadeiro canteiro de obras.

As ruas Didi Moisés, Benjamin Constant, Beija-flor e Manoel Firmino Matos já estão em obras e outras devem ser contempladas. Em uma segunda etapa, os demais bairros do município serão atendidos. A Secretaria de Obras do município, coordenada pelo Secretário Édson Cameli se encarrega, dentro da parceria do serviço de drenagem e do trabalho de base e sub-base, enquanto o Governo do Estado executa a pavimentação Asfáltica.

O prefeito Mazinho Serafim destacou a importância da parceria, que está trazendo resultados imediatos. "Quero agradecer ao Governo do Estado, em nome do governador Gladson Cameli e do amigo Cirleudo Alencar pela ajuda que estão nos dando nesse processo de reconstrução do nosso município. O caminho é esse. Como prefeito, sou grato ao governador por enviar o Cirleudo para nos ajudar a assinar esse convênio. Quem está ganhando é o cidadão de Sena Madureira, que assim como votou e acreditou em mim, também deu uma votação expressiva para o governador. Desta forma é mais que justo que trabalhemos pela melhoria de vida da população" disse Mazinho.

O secretário de Infraestrutura, Cirleudo Alencar, destacou que a orientação do governador Gladson Cameli foi para que ele viesse ao município firmar parceria com a prefeitura visando a execução de obras de infraestrutura que melhorem a qualidade de vida da população. "O próprio governador determinou que, em Sena Madureira juntássemos forças com o prefeito Mazinho para trabalhar em prol da comunidade. Sabemos da garra e determinação que o prefeito tem quando se trata de cuidar do seu povo, por isso as coisas estão dando certo aqui no município. Com esse convênio entre a prefeitura e o governo, não tenho dúvidas que as coisas vão melhorar ainda mais", salientou o secretário.

Já o governador Gladson Cameli declarou que quer paz e fez elogios ao prefeito. "Com relação ao Mazinho eu quero paz, ele é uma pessoa que soma, eu vou dar um abraço nele, se ele quiser é claro, não sei se é por conta do período de pandemia, mas estou numa fase que não quero guerra com ninguém", disse o governador.

Bairro Jardim Primavera, em Sena Madureira, recebe primeiros serviços de drenagem

STF manda soltar cofundador da Telexfree depois que Bolsonaro negou extradição para os Estados Unidos

Da Redação

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu hoje pela revogação de sua prisão preventiva do cofundador da Telexfree Carlos Wanzeler, após o presidente Jair Bolsonaro vetar o pedido de extradição para os EUA. Por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), Bolsonaro argumentou que a extradição só deveria ocorrer ao final do processo criminal.

O ministro Lewandowski entendeu então que a prisão de Wanzeler fosse revogada, porque "não faz sentido manter preso por tanto tempo e impôs medidas restritivas alternativas. Wanzeler foi preso pela Polícia Federal em fevereiro de 2020, em um hotel em Búzios (RJ), onde iria curtir o Carnaval ao lado da família e de um casal de amigos, segundo sua defesa.

As medidas impostas para a libertação do sócio da Telexfree incluem a entrega de seus passaportes brasileiro e estadunidense à Polícia Federal, a proibição de sair do País, devendo apresentar-se em 24 horas após sua soltura ao Juízo 1ª Vara Federal Criminal de Vitória (ES); o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; o comparecimento e ao juízo de 15 em 15 dias, além da utilização de tornozeleira eletrônica, dentre outras medidas.

O brasileiro é considerado foragido pela Justiça norte-americana, acusado de comandar uma pirâmide financeira que movimentou US$ 1 bilhão. Wanzeler não podia ser extraditado até então porque a Constituição do país impede a extradição de brasileiros ao exterior. Porém, no ano passado, a 2ª Turma do STF confirmou a decisão de retirar de Wanzeler a cidadania brasileira, pois adquiriu a cidadania norte-americana em 2009.

Wanzeler foi preso por duas vezes em menos de três meses. Ele e seu antigo sócio, Carlos Costa, foram detidos preventivamente no final de dezembro, no âmbito da operação Alnilam da Polícia Federal.

Wanzeler usará tornozeleira

Credores aprovam plano de recuperação judicial da Peixes da Amazônia

Cezar Negreiros

Finalmente, os credores aprovaram o plano de recuperação judicial da empresa Peixes da Amazônia S.A. A assembleia conduzida pelo administrador judicial da Comarca de Senador Guiomard, Fábio Dantas aconteceu no dia de ontem no auditório da Escola Modelo, com a presença dos credores (instituições bancárias e ex-funcionários que buscam receber os direitos trabalhistas). Desde março de 2019 que a empresa tinha encerrado as suas atividades econômicas no estado, por falta de capital de giro para tocar a rede frigorífica de pescado, pois tem uma dívida com o Banco da Amazônia (Basa) estipulado em torno de R$ 19 milhões.

O empresário sul-mato-grossense Jaime André Brum já adquiriu 40% das ações da Peixes da Amazônia, mas manifestou interesse em comprar as ações do governo do Estado estimada em 19%. Desde que assumiu a empresa, Brum poderá atrair novos investidores que pretendem ampliar as suas atividades econômicas para a Costa dos Estados Unidos e países Asiáticos interessados em proteína animal. Por enquanto, aguarda um parecer da Procuradoria –Geral do Estado do Acre (PGE-AC) para apresentar uma contraproposta ao governo do Estado de aquisição das ações do complexo pesqueiro localizado na BR-364 no trecho Rio Branco/ Porto Velho.

O complexo de piscicultura conta com uma central de produção de alevinos, com capacidade de produzir dez milhões de surubins, tambaquis e piaus, além de 350 mil de pirarucus por ano. A unidade frigorífica tem capacidade de processar 70 toneladas de pescado por mês, para atender a demanda do mercado interno e externo. A atividade contava com o apoio tecnológico do Projeto Pacu, com mais de 25 anos de experiência acumulada na área de aquicultura.

Potencial a ser explorado

Este empreendimento público/privado disponibilizava alevinos e a ração de cria e engorda para os piscicultores acreanos que apostavam na atividade econômica. Na época áurea chegou a movimentar 10 mil toneladas de pescado, pois contava com um cadastro de 5.355 tanques espalhados nos 22 municípios acreanos destinados a criação de peixes em cativeiro.

A produção de pescado acreana abastecia o setor varejista e atacadista nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro Distrito Federal (DF), Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Os acionistas da Peixes da Amazônia S.A. aguardam a manifestação da justiça acreana do pedido de recuperação judicial da empresa público-privada instalada na zona rural do município de Senador Guiomard. Os criadores de peixes em cativeiro sonham com a retomada das atividades da cadeia do pescado no Estado, mas para viabilizar o empreendimento a empresa precisa um capital de giro.

Empresário manifestou interesse em comprar ações do Estado